



BARÔMETRO DAS RESISTÊNCIAS DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA EM 2019

O BRASIL RESISTE. LUTAR NÃO É CRIME !



**COALITION
SOLIDARITÉ
BRÉSIL**



→ Introdução	3
« JUSTIÇA SOCIAL »	
→ Ficha 1 : Racismo e violência policial	5
→ Ficha 2 : Violência contra as mulheres	7
→ Ficha 3 : População LGBTQi+	9
→ Ficha 4 : Moradia	11
« JUSTIÇA AMBIENTAL »	
→ Ficha 5 : Acesso à terra	13
→ Ficha 6 : Direitos dos povos indígenas	15
→ Ficha 7 : Conflitos socioambientais	17
« ESPAÇOS DE DEMOCRACIA »	
→ Ficha 8 : Educação	19
→ Ficha 9 : Oposição política	21
→ Ficha 10 : Liberdade de expressão	23
→ O que nos diz este barômetro?	25
→ Infografia	28

**O BRASIL RESISTE. LUTAR NÃO É CRIME !**

INTRODUÇÃO

Num contexto de crescente criminalização dos movimentos sociais no Brasil, 17 organizações francesas de solidariedade internacional decidiram em dezembro de 2018 lançar uma coalizão para fazer convergir suas ações em favor da democracia brasileira. **A Coalizão Solidariedade Brasil**, em parceria com organizações da sociedade civil brasileira, desenvolve na França e na Europa ações de sensibilização, de visibilidade e de defesa dos direitos, especialmente com os grupos vulneráveis.

As organizações de solidariedade internacional, membros da Coalizão Solidariedade Brasil são testemunhas das violências que estas organizações observam ou sofrem. Estas violências são fruto de disfuncionamentos estruturais históricos, tais como a concentração da riqueza e dos recursos nas mãos de uma minoria, ou as discriminações ligadas ao gênero, à orientação sexual, à classe social e à cor de pele, herdadas do colonialismo e da escravidão. No entanto, constatamos que estas violências e os ataques contra as populações mais excluídas se agravaram desde a destituição de Dilma Rousseff em 2016, a campanha eleitoral de 2018 e a chegada ao poder de um governo de extrema-direita no Brasil, em janeiro de 2019.

Nossas organizações parceiras e aliadas alertaram-nos para a deterioração da situação da democracia no Brasil. Incitam-nos a agir ao seu lado, a tornar visíveis desprezo pelo meio ambiente assim como a denunciar as crescentes violações dos direitos humanos nos territórios, que afetam as comunidades camponesas, indígenas e tradicionais, as mulheres, as populações LGBT, as populações mais vulneráveis da sociedade.

É por isso que hoje, com o lançamento da campanha «O Brasil resiste. **Lutar não é crime**», propomos transmitir o grito de alarme: que este seja ouvido na França e na Europa.

Como primeira etapa desta campanha, adotamos um instrumento capaz de nos ajudar a fazer um balanço da situação social do Brasil. Trata-se de um **barômetro que mede a** >

> **pressão que a sociedade civil tem sofrido nos últimos tempos e, em particular, nos últimos dois anos.** Este barômetro apresenta duas vantagens :

- 1 É amplo, abordando sem pretender à exaustividade, uma grande variedade de temáticas, à imagem da diversidade das organizações que compõem a nossa Coalizão. Como nossos vínculos e articulações com as organizações no Brasil são variados, queremos explorar ao máximo essas diversas fontes.
- 2 É produzido a partir do testemunho, dos relatórios e análises das nossas organizações parceiras e aliadas, ou seja, a partir da palavra de pessoas empenhadas no país, que conduzem um trabalho quotidiano de defesa dos direitos humanos e do meio ambiente.

Este Barômetro visa alertar a sociedade francesa para as violências e pressões sofridas pelos movimentos e organizações sociais no país, mas procura igualmente destacar as lutas e resistências destes mesmos atores nos territórios. Organizações de camponeses/as, grupos de mulheres, LGBT, comunidades indígenas, afrodescendentes e tradicionais, escolas, universidades, população dos bairros periféricos, jornalistas e artistas, personalidades políticas e muitos outros mobilizam-se hoje em dia para uma sociedade mais justa, mais igualitária e mais solidária. Por conseguinte, não fazemos eco de um desânimo, mas de uma esperança, levada por mulheres e homens que não baixam a cabeça face à brutalidade de um governo e de um sistema.

Trata-se de uma primeira edição, que deverá ser atualizada. As nossas organizações continuarão a denunciar as violações à democracia brasileira aqui na França e na Europa, conscientes de que a pressão internacional pode desempenhar um papel para não deixar crimes impunes.

**O BRASIL RESISTE.
LUTAR NÃO É CRIME !**

**NÓS, ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE
CIVIL FRANCESA, SOMOS SOLIDÁRIOS
COM A SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA.**



01 Barômetro de alerta

Alejandro Chaskielberg / Midiaminja.org

RACISMO E VIOLÊNCIA POLICIAL

O Brasil é marcado por um racismo estrutural, que se exprime sob diferentes formas. **Ele opera, em primeiro lugar, no campo das representações sociais:** nos programas de televisão é comum ver pessoas afro-brasileiras estigmatizadas, reproduzindo estereótipos sociais que as associam à violência. A naturalização do racismo passa também pela ausência: a ausência de pessoas negras entre os altos escalões da magistratura, dos tribunais de justiça, ou dentro dos cursos de medicina das univer-

sidades é raramente questionada e, no entanto, participa na construção do imaginário social sobre o lugar das populações negras no Brasil. **Este racismo se exprime igualmente no domínio econômico: as populações negras são as mais vulneráveis socialmente, com salários baixos e empregos precários.** Estas condições econômicas as forçam a viver em bairros periféricos, onde a criminalidade e a violência são mais elevadas, o acesso à saúde e à educação é mais complicado. Este racismo se exprime >

47,3%

DE AUMENTO de vítimas de violência policial entre 2016 e 2018³.

> finalmente no campo das políticas públicas, que não integram suficientemente a problemática da luta contra as discriminações para fazer evoluir as desigualdades estruturais ligadas à cor da pele.

Uma das manifestações mais significativas deste racismo estrutural nos últimos anos é a questão da violência, sobretudo **violência policial da qual são vítimas as populações negras nas periferias do país.**

Apoiado pelo lobby das armas, Jair Bolsonaro chegou ao poder com **um discurso punitivista e propondo violência aos seus opositores, designando-os como inimigos.** A política de segurança que defende Jair Bolsonaro baseia-se na liberalização do porte de armas de fogo, no endurecimento das penas e na detenção em massa. Esta política de segurança não é nova, mas está longe de ter demonstrado sua eficácia. A sociedade civil denuncia o seu impacto mortífero sobre a população: 21.892 pessoas perderam a vida durante ações policiais entre 2009 e 2016¹. Os primeiros indicadores publicados em 2019 são os piores em mais de 20 anos. O ano de 2019 revela-se particularmente violento no Estado do Rio de Janeiro: de janeiro a outubro de 2019, o Instituto de Segurança Pública do Estado registou 1546 casos de mortes causadas por agentes do Estado, ou seja, quase cinco mortes por dia causadas pelas forças policiais.

Há muito tempo no Brasil, **esta violência visa particularmente as populações pobres e negras dos bairros periféricos:** 75,4% das pessoas mortas durante intervenções policiais entre 2017 e 2018 são negras².

As mães e familiares das vítimas destas violências policiais mobilizam-se para que estes crimes não permaneçam impunes e não se repitam. Fazem ouvir a sua voz nos meios de comunicação, denunciando o clima de terror que reina nas comunidades e a violência que visa sobretudo os jovens negros. Mobilizam-se para obter justiça para os seus filhos assassinados. Recusam o termo «guerra» utilizado pelas autoridades e, em vez de uma política de militarização, elas defendem políticas públicas que garantam um acesso equitativo aos direitos dos habitantes dos bairros desfavorecidos.

1. Violências contra negros e negras no Brasil em 2019, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

2. Edição 2017 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

3. Edições 2017 e 2019 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.



AS POPULAÇÕES NEGRAS E DOS BAIRROS PERIFÉRICOS RESISTEM. Lutar não é crime !



02 Barômetro de alerta

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Viver sem violência é um direito de todas as mulheres. Desde a década de 1980, o Brasil avançou na criação de mecanismos, normas e serviços especializados de atenção às mulheres vítimas de violência. A lei Maria da Penha de 2006 é um bom exemplo deste processo: visa proteger a mulher da violência doméstica e familiar. Constitui o fruto de um trabalho entre os poderes públicos e os movimentos sociais de mulheres.

No entanto, o número de mulheres assassinadas aumentou. De acordo com

os últimos números disponíveis, em 2017 foram contabilizados 4556 homicídios de mulheres, o número mais elevado dos últimos 10 anos. Apesar da ligeira redução do número de casos em 2018 (4107), os feminicídios⁴ aumentaram e correspondem a 29,3% dos homicídios de mulheres em 2018 contra 25,2% em 2017, ou seja, um acréscimo de 4%. Mulheres negras, das periferias, das comunidades indígenas ou tradicionais, pessoas LGBTQi+ e que vivem em meio rural são particularmente vulneráveis e ameaçadas. Recentemente, multiplicaram-se os debates em torno da violência, dando mais >

29,8%

DE AUMENTO dos casos de feminicídios entre 2016 e 2018⁵.

> atenção aos feminicídios, ao assédio sexual, à gravidez de adolescentes ou às agressões em espaços públicos. Vozes plurais de mulheres rompem o silêncio depois de muito tempo. Transparência de dados, visibilidade de casos, luta contra a impunidade (moeda corrente) são algumas das reivindicações das campanhas e mobilizações diversas contra a realidade da violência no Brasil.

Depois das manifestações do #Elenão que repercutiram em todo o mundo uma rejeição ao discurso misógino e de ódio proferido por Jair Bolsonaro no momento da sua campanha, **as organizações e movimentos de mulheres mobilizaram-se durante todo o ano 2019 em todo o país.** Marchas, reuniões e atos simbólicos foram organizados para alertar os recuos no combate à violência contra as mulheres. O assassinato da vereadora Marielle Franco em março de 2018, caso ainda não resolvido, é um dos trágicos episódios lembrados.

As organizações e movimentos de mulheres reclamam mais políticas públicas e, por conseguinte, mais centros de acolhida, casas de proteção e delegacias especializadas. Estas organizações e movimentos denunciam a flexibilização do porte de armas, decisão que vai aumentar os riscos de violência doméstica e familiar, além de defenderem um maior

investimento na educação para desconstruir desde a mais tenra idade o machismo que permeia toda a sociedade.

4. Assassinato cuja motivação deve-se ao fato da vítima ser mulher, este tipo de crime foi identificado pela legislatura em 2015.

5. Edições 2017 e 2019 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.





03

Barômetro de alerta

Midiamix.org

POPULAÇÃO LGBTQI+

A violência relacionada à orientação sexual não é nova no Brasil, mas tem aumentado nos últimos anos. Em 2016, o relatório anual do Grupo Gay da Bahia indicava o número de 150 pessoas LGBTQi+ assassinadas, ou seja, um assassinato LGBT-fóbico a cada 25 horas⁶. Esta taxa, já entre as mais elevadas do mundo, não fez senão crescer: em 2018⁷ no Brasil, 320 pessoas LGBTQi+ foram assassinadas. Segundo o relatório do Grupo Gay da Bahia, os casos de agressões físicas também estão aumentando (713 casos registrados nesse mesmo ano).

Estes indicadores confirmam LGBT-fobia

cada vez mais crescente, alimentada por um discurso político que banaliza este tipo de violência. Durante todo o ano de 2018, o então candidato Jair Bolsonaro não deixou de estigmatizar esta população, usando expressões e frases chocantes em seu discurso. Para se dirigir aos eleitores mais conservadores da sociedade brasileira, Bolsonaro propunha lutar contra toda forma de sexualidade vista por ele como um atentado à moral e aos bons costumes.

Estas palavras foram seguidas de atos desde a sua chegada ao poder, com a retirada da defesa das pessoas LGBTQi+ das prerrogativas >

113%

DE AUMENTO das
violências cometidas
contra pessoas LGBTQI+,
entre 2016 e 2018⁸.



> do Ministério dos Direitos Humanos e o estabelecimento de uma política de cortes no orçamento destinado a apoiar às associações que lutam contra a homofobia. Outra forma de ataque à comunidade LGBTQi+ foi a nova política de saúde pública centrada na abstinência como estratégia central na luta contra AIDS e o abandono de apoio financeiro aos institutos de pesquisa trabalhando sobre tratamentos antirretrovirais.

Neste contexto de violência, apesar de um forte sentimento de insegurança, a comunidade LGBTQi+ mobiliza-se através de ações fortes. A Parada do Orgulho Gay 2019 foi um dos mais

seguidos nos últimos anos. A luta contra as violências anti-LGBTQI+ encontrou um certo eco e voz, nos contrapoderes brasileiros, à imagem de grupos de advogados que solicitam o respeito dos direitos das pessoas LGBTQi+ ou ainda através da confirmação, pela suprema Corte brasileira, da criminalização da homofobia.

6. Grupo Gay da Bahia, « Mortes violentas de LGBT+ no Brasil », Relatório de 2016

7. Grupo Gay da Bahia, « Mortes violentas de LGBT+ no Brasil », Relatório de 2018.

8. Segundo o Grupo Gay da Bahia (Relatórios anuais de 2016 e 2018).



04

Barômetro de alerta

Mielaminja.org

MORADIA

A Constituição do Brasil faz parte dos melhores exemplos mundiais em matéria de reconhecimento do direito à Moradia. Os artigos 82.º e 83.º da Constituição tratam da política urbana no Brasil e garantem que a propriedade tanto urbana quanto rural deve desempenhar a sua função social.

No entanto, em 2015, estimava-se em 101.854 o número de pessoas que vivem nas ruas no Brasil, das quais 77,02 % nas grandes cidades e 48,89 % na região do Sudeste do país⁹.

Passadas as políticas sociais dos anos 2000, que levaram à criação do Ministério das Cidades,

uma reivindicação histórica dos movimentos populares de luta pelo direito à moradia, as políticas de austeridade do governo de Michel Temer inverteram brutalmente a tendência.

O diálogo com os movimentos sociais foi interrompido e as expulsões das famílias ocupando edifícios abandonados e vazios tornaram-se recorrentes. A organização dos Jogos Olímpicos no Rio em 2016 e a organização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 em outras cidades serviram de álibi para acelerar essas expulsões.

Durante a campanha eleitoral, o presidente Jair >

6,9 milhões
de famílias
SEM MORADIA¹¹.

6 milhões
DE IMOVEIS
VAZIOS¹¹.

- > Bolsonaro lançou mensagens claras sobre a sacralidade da propriedade privada, apesar do direito à moradia para todos. As ameaças e a criminalização dos movimentos que lutam por uma habitação digna e pelo direito à cidade continuaram até a sua chegada ao poder.

Este discurso se concretizou nas primeiras medidas adotadas pelo governo em 2019: o aumento das expulsões e a prisão preventiva de ativistas, a proposta de alteração dos artigos da Constituição sobre a função social da propriedade urbana e rural e o plano de cortes orçamentários nas políticas de acesso à moradia são exemplos desta política.

Criminalização da pobreza e luta pela moradia

Os sem-teto acumulam estigmas e são, portanto, mais vulneráveis à violência. Entre 2015 e 2017, foram comunicados 777 904 casos de violência, dos quais 17 386 (2,2 %) foram motivados pelo fato da vítima viver nas ruas. As mulheres (50,8%) e as pessoas negras (54,8%) são as vítimas mais frequentes das agressões contra moradores de rua entre 2015 e 2017¹⁰.

É neste quadro que os movimentos de luta por moradia buscam construir alternativas e dar voz a esta parte invisível da população. A ocupação constitui uma das suas armas fundamentais: apoiando-se no princípio constitucional da função social da propriedade, escolhem terrenos desocupados e procedem à

sua ocupação com as famílias interessadas. O objetivo não é apenas encontrar uma solução para o problema da moradia, mas também construir espaços para o acesso à educação, à saúde, à cultura, à mobilidade e melhorar a qualidade de vida das famílias assim realojadas.

Ocupar um espaço na cidade é também ocupar um espaço no debate político. Além disso, permite formar-se para continuar a denunciar a falta de política de acesso à habitação para os mais excluídos.

9. Dados da Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde : « População em situação de rua e violência - uma análise das notificações no Brasil de 2015 a 2017 ».

10. Idem

11. Segundo o censo de 2010.





05

Barômetro de alerta

Elodie Perriot / S.C.C.F.

ACESSO À TERRA

Como a maioria dos países da América Latina, o Brasil é marcado por uma forte concentração de terras nas mãos de uma minoria: 45% da superfície rural está nas mãos de menos de 1% dos proprietários, fazendo do Brasil o quinto país mais desigual em termos de acesso à terra na América Latina. A esta concentração se junta uma desigualdade de gênero, uma vez que os homens lideram 87,32% das propriedades rurais¹². Esta concentração fundiária herdada da colonização é acentuada por um desenvolvimento econômico baseado na sobre-exploração dos recursos naturais e na exportação das matérias-primas. Como resultado desta agricultu-

ra industrial, o Brasil é hoje o 4º maior consumidor de fertilizantes sintéticos e o primeiro consumidor de pesticidas do mundo¹³.

A equação é simples: quanto menos superfícies disponíveis, mais forte é a pressão para a ocupação das terras. Desde 2015, os conflitos ligados à terra não cessam de se multiplicar, aumentando significativamente a violência no meio rural, em particular em relação às comunidades camponesas, aos povos indígenas e às comunidades tradicionais. São, no entanto, esses atores e atrizes que tentam garantir uma relação mais saudável e mais respeitosa com o meio ambiente nos territórios. >

67% DE AUMENTO do número de hectares de **TERRAS EM CONFLITO** entre 2016 e 2018¹⁴.

- > A partir do governo Temer, e em seguida com Bolsonaro, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), instituições fundamentais na regularização das terras no país, tiveram seus orçamentos cortados e foram esvaziadas nas suas atribuições.

Além disso, em 2019, foram apresentados vários projetos de lei para incentivar a compra de terras por capitais estrangeiros, favorecer a expulsão das comunidades rurais das suas terras, dificultando cada vez mais o processo de reforma agrária.

Os movimentos camponeses denunciam a criminalização a que estão sujeitos e o abandono de políticas públicas que permitam aos pequenos produtores e produtoras sobreviver. Paralelamente, promovem a agroecologia como alternativa a uma agricultura industrial que os expulsa das terras.

12. Relatório da Oxfam « Terra, Poder e Desigualdade na América Latina », 2016.

13. Atlas do Agronegócio 2018, Fundação Heinrich Boll Brasil e Fundação Rosa Luxemburgo.

14. Segundo a Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo Brasil, Brasil, 2018.





06

Barômetro de alerta

Mielamija.org

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

O cacique Emyra Wajapi, em 23 julho 2019 ; Paulo Paulino Guajajara, guardião da floresta em 1^{er} novembro 2019 ; o cacique Prexede Guajajara e Raimundi Benicio Guajajara, em 7 dezembro de 2019 ; Humberto Peixoto Tuiuca em 2 dezembro 2019. A lista de indígenas assassinados no Brasil não parou de crescer ao longo do ano.

Em 2018, 135 indígenas foram assassinados, um a cada 48 horas, contra 56 em 2016, ou seja, um aumento de 141%¹⁵. Estes crimes ficam

muitas vezes impunes e seus autores não são processados pela justiça.

A Constituição brasileira de 1988 reconhece os direitos dos povos indígenas e afirma o princípio da diversidade cultural. No entanto, os direitos fundamentais das populações indígenas são regularmente violados e questionados.

O território é um aspecto central dos modos de vida, culturais e identidades dos >

141%

DE AUMENTO do número de indígenas assassinados entre 2016 e 2018.

> diferentes povos. A luta pela sua demarcação que asseguraria os seus direitos fundiários é uma reivindicação histórica. Sobre o assunto, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) afirma: « A demarcação das terras indígenas representa uma garantia de proteção para a floresta e para as pessoas que dela dependem para a sua subsistência. A terra é a base do habitat de um povo e a sustentabilidade das riquezas naturais presentes assegura a reprodução física e cultural dos povos indígenas¹⁶.» Ora, inúmeros processos de demarcação dos territórios estão hoje paralisados e os ataques se multiplicam.

Em 2018, foram relatados **111 casos de invasão para exploração ilegal de recursos naturais em territórios indígenas, contra 96 em 2017. Nos primeiros 9 meses de 2019, registaram-se 160 casos em 19 Estados do Brasil¹⁷, casos estes marcados por um aumento da violência.**

Esta impunidade é reforçada pelo discurso de Jair Bolsonaro contra os povos indígenas: «Vamos integrá-los na sociedade¹⁸», que rejeita as diferenças e retoma uma política de assimilação.

As organizações que lutam pelo respeito dos direitos dos povos indígenas realizam um trabalho de visibilização desta violência. Eles identificam e compilam dados precisos sobre os ataques sofridos pelas populações indígenas. Além disso, foram lançadas várias campanhas para denunciar os assassinatos de indígenas. Em abril de 2019 realizou-se o 15º Acampamento Terra Livre (Acampamento Terra Livre), evento simbólico para os povos indígenas brasileiros e suas organizações, reunindo mais de 4000 pessoas. No documento final, os participantes denunciaram com veemência a atitude de um governo que visa «exterminá-los¹⁹».

15. Conselho Indígena Missionário, Relatórios « Violências contra Povos Indígenas do Brasil » de 2016 e 2018.

16. Site internet da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil).

17. Idem.

18. Entrevista Globo News do 3 de Agosto 2018.

19. Documento final do 15º Acampamento Terra Livre, site internet do CIMI.



OS POVOS INDÍGENAS RESISTEM.
Lutar não é crime !





07

Barômetro de alerta

MidiaInjfa.org

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

A economia brasileira baseia-se em grande parte na extração e exportação dos recursos naturais (minérios, agrícolas, etc.)²⁰. Para responder a uma vontade de crescimento econômico sem limites, as fronteiras para a exploração e a exportação dos recursos são constantemente estendidas. Os grandes projetos de barragens e outras infraestruturas são pensadas às pressas, sem consulta prévia às populações que vivem nesses territórios. Os casos de apropriação das terras e as pressões para o controle destes recursos naturais²¹ aumentam. Os conflitos socioambientais estão, portanto, em forte aumento

no Brasil, de 2018 a 2019 em comparação com os anos anteriores.

Em 2019, a **desflorestação da Amazônia aumentou 85% em relação ao mesmo período de 2018²²**: De acordo com o Sistema de Detecção da Desflorestação da Amazônia legal em tempo real (Deter), no ano passado 9165,6 km² de floresta estavam em alerta de desflorestação, contra 4946,37 em 2018. Uma desflorestação em benefício da extração muitas vezes ilegal de madeira e da expansão da fronteira agrícola. Em 2019, foram contabilizados 178 focos de incêndios, contra 68 345 em 2018, um aumento de 30%²³. >

85%

DE AUMENTO da desflorestação da Amazônia entre 2018 e 2019.

- > Os setores econômicos mais poderosos veem a Amazônia como um território a ser explorado para o desenvolvimento econômico do Brasil.

A Amazônia não é o único território em conflito socioambiental: em 2018, 276 conflitos pelo acesso à água eclodiram em todo o território brasileiro, contra 197 no ano anterior. Estes conflitos envolveram mais de 368 mil pessoas em 2018, ou seja, o dobro do que em 2017²⁴.

A barragem de rejeitos de minérios da empresa Vale em Brumadinho, que cedeu em 25 de janeiro de 2019, fez 259 mortes²⁵ e liberou 12,7 milhões de metros cúbicos de lama tóxica. Este é mais um exemplo desta pressão socioambiental provocada pelo extrativismo e pela gestão irresponsável das multinacionais proprietárias.

As associações e os defensores dos direitos socioambientais resistem a nível nacional e internacional, exigindo reparação, justiça, e denunciando a situação junto à Comissão Interamericana dos Direitos do Homem (CIDH). A nível local, as bases militantes se mobilizam contra a construção das barragens ou outros mega-projetos que não são objeto de consulta prévia.



20. Atlas da complexidade económica 2017.

21. Ler textos sobre o acesso à terra dos povos indígenas.

22. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), dados de Janeiro 2020.

23. Idem.

24. Segundo a Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo Brasil, 2018.

25. Dados de 2019 do Comité Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração.



08

Barômetro de alerta

Mielaninja.org

EDUCAÇÃO

Desde sua ascensão à presidência, Jair Bolsonaro iniciou uma cruzada ideológica contra o sistema educativo do país. Aliado do movimento «Escola Sem Partido» que defende uma “depuração” da Educação em nome da pátria, da ordem social, dos valores cristãos, a luta contra o «marxismo cultural» foi o coração da sua campanha eleitoral.

Ao apresentar Abraham Weintraub como ministro da Educação, Bolsonaro declarou: «Queremos uma juventude que não se interesse pela política».

Em maio de 2019, o governo anunciou **cortes**

no orçamento do ensino superior de 5,1 bilhões de reais (cerca de 1,16 bilhão de euros), impactando o funcionamento das universidades e manutenção de edifícios. Ao fazer cortes orçamentários e ao denunciar os «inimigos da pátria», o governo assinalou seu alinhamento com os grandes grupos de interesses do ensino privado e setores evangélicos mais conservadores.

Os ataques contra as universidades públicas foram acompanhados por outras medidas preocupantes: uma revisão dos manuais escolares destinada a suprimir qualquer referência à «ditadura militar» e a criação >

3 474 bolsas de estudos universitários SUPRIMIDAS em 2019²⁶.

- > de uma comissão encarregada de avaliar os «conteúdos ideológicos» do ensino superior. Um novo modelo de ensino é levado pelo governo: disciplinas como a filosofia, a literatura ou a sociologia estão diretamente ameaçadas, enquanto que, paralelamente, o governo propõe implantar 200 escolas cívico-militares até 2023.



Toda a política de democratização do ensino entre 2003-2015 corre o risco de ser varrida, assim como o legado de grandes pedagogos brasileiros, entre os quais Paulo Freire, referência internacional em matéria de educação popular, condenado pelo novo poder.

As primeiras medidas do governo testemunham, portanto, esta dupla orientação reacionária e neoliberal: por um lado, extorquir dinheiro da sociedade através de cortes orçamentais maciços, em diferentes setores (educação, saúde, meio ambiente) e, por outro lado, atacar diretamente o setor da educação, que foi particularmente ativo na luta contra as políticas de austeridade do governo de Michel Temer.

Foi neste contexto que se realizaram as mobilizações maciças em 2019 para denunciar os cortes orçamentários na educação, com um milhão e meio de brasileiros nas ruas no mês de maio. Os movimentos sociais brasileiros mobilizam-se hoje para defender uma educação pública, livre e democrática.

26. Segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).



AS ORGANIZAÇÕES DE ESTUDANTES, OS SINDICATOS DOS TRABALHADORES DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO E AS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO POPULAR RESISTEM.
Lutar não é crime !



09

Barômetro de alerta

OPOSIÇÃO POLÍTICA

O Brasil vive, desde o início dos anos 2010, uma situação de crise política e democrática. Uma nova etapa foi alcançada em 2016 com a destituição da ex-presidente Dilma Rousseff, na sequência de um processo parlamentar cuja ilegalidade foi amplamente denunciada pelos juristas. Este ataque frontal às regras democráticas testemunhava, nomeadamente, a ascensão de grupos de influência no Parlamento brasileiro, ligados a três sectores designados por «BBB» Bala, Bíblia e Boi (armamento, igrejas evangélicas, agroindústria).

Esta frente parlamentar apoiou amplamente

a candidatura de Jair Bolsonaro, encorajando um discurso de campanha centrado na luta contra as «ideologias de esquerda», visando especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT).

Desde a chegada ao poder, Jair Bolsonaro confirmou a sua vontade de reduzir as oposições progressistas. Cerca de 320 funcionários em postos de confiança foram despedidos, com o objetivo declarado de “despetizar” o Governo²⁷. Os movimentos sociais foram submetidos a uma maior vigilância. Assim, desde janeiro de 2019, uma medida provisória encarregou a Secretaria de Governo de «Supervisionar, coordenar, acompanhar as atividades e ações >

320 funcionários.as foram **DEMITIDOS.AS** por causa de suas orientações políticas em 2019²⁸.

- > dos organismos internacionais e das ONG no território nacional» (medida provisória 870/2019). Esta medida, cuja aplicação foi, por enquanto, suspensa pelas instâncias judiciais, torna clara a vontade por parte do novo executivo brasileiro de controlar a sociedade civil.

O governo de Jair Bolsonaro também desenvolveu o uso da justiça para fins políticos, como uma arma na sua luta ideológica contra a oposição democrática. Esta prática se traduz na nomeação para o cargo de Ministro da Justiça, do juiz Sérgio Moro, principal responsável pela contestada detenção do ex-presidente Lula, que impediu a sua candidatura à eleição presidencial.

Por detrás deste caso emblemático, são numerosos os exemplos de instrumentalização da justiça para fins políticos. Vários deputados/as de oposição, vítimas de ameaças de morte, veem recusada a proteção policial, um exemplo é a deputada Talira Petrone (PSOL/RJ). A falta de proteção está ligada a ausência de ação judicial visível na procura dos responsáveis por violências cometidas contra os opositores políticos. Assim, apesar dos avanços realizados pelos jornalistas na investigação sobre o



assassinato da vereadora municipal do Rio de Janeiro Marielle Franco em abril de 2018, nenhum mandante foi ainda identificado.

27. Declaração do Ministro Onyx Lorenzoni.

28. Idem.



10

Barômetro de alerta

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A violação da liberdade de expressão é um fenômeno antigo no Brasil. **Em 2018, 5 famílias controlavam mais de 50% dos meios de comunicação**²⁹. No total, são menos de 10 famílias que ditam a linha editorial da sociedade brasileira. Os meios de comunicação públicos existem, mas são muito fracos e pouco independentes face ao controle do Estado.

Ainda que a Constituição brasileira garanta a diversidade e a pluralidade da informação, mas estes princípios nunca foram traduzidos em forma de lei. E por causa disso, várias dezenas de deputados são proprietários de meios de comunicação, o que é proibido pela

Constituição. Em 2018, organizações da sociedade civil denunciaram 40 desses congressistas em exercício à Justiça³⁰.

Assim, a informação que circula no Brasil é geralmente tendenciosa e discriminatória, veiculando diariamente um discurso elitista, machista, racista e homofóbico. Em 2017, um estudo revelou que apenas 3,7% dos apresentadores de televisão eram negros³¹. Por outro lado, numerosos territórios são, na realidade, desertos de informação: mais de 60% dos municípios não dispõem de uma informação local proveniente de uma fonte jornalística³². Os laços estreitos entre os meios de comunicação social e a justiça, ca- >

EM 2019, O BRASIL É O **105º** dos 180 países no ranking mundial de liberdade da imprensa segundo a ONG Reporters Sans Frontières (Repórteres Sem Fronteiras).

- > pazes de influenciar o resultado das eleições, são frequentemente denunciados.

A chegada de Bolsonaro veio agravar um cenário já degradado. A partir das eleições presidenciais de 2018, a proliferação de discursos de ódio conduziu a uma multiplicação das violências. Os ataques contra jornalistas e blogueiros aumentaram 30% entre 2017 e 2018³³. Assim, há mais de 200 profissionais agredidos/as em 2018³⁴. De 180 países, **o Brasil passou do 102 lugar em 2018 para 105 lugar, em 2019, sobre a classificação mundial da liberdade de imprensa elaborado pela ONG Reporter Sans Frontières.**

Após a posse, Jair Bolsonaro adotou uma estratégia de ataque frontal e sistemático contra a imprensa, incluindo os meios de comunicação dominantes, para desacreditar o trabalho jornalístico e fazer dos meios de comunicação os seus principais adversários políticos. Durante os primeiros 10 meses do seu mandato, Bolsonaro atacou pelo menos 99 vezes jornalistas em suas próprias contas de redes sociais, ou seja, pelo menos dois ataques por semana³⁵.

A única empresa de comunicação pública do país, a EBC, criada em 2007, é hoje um instrumento de propaganda do governo. Os seus colaboradores/as denunciam regularmente a caça às bruxas que aí é conduzida, para denunciar aqueles e aqueles que não partilham as opiniões políticas do governo. Por outro lado, Bolsonaro privilegia as mídias evangélicas, importantes apoiadores políticos do governo. Em 2019, pela

primeira vez na história, o grupo midiático Record, propriedade da Igreja Universal do Reino de Deus, recebeu um subsídio público maior do que o famoso conglomerado privado Globo³⁶.

A repressão estendeu-se também a outros sectores, o que representa um perigo real para a democracia. No final de 2019, o filho de Jair Bolsonaro e deputado federal Eduardo Bolsonaro declarou-se favorável a um novo AI-5, o Ato institucional que endureceu a ditadura militar em 1968, suspendendo as garantias constitucionais, limitando a maior parte dos direitos civis e políticos, como as liberdades sindicais, e normalizando a perseguição dos opositores políticos.

No meio artístico, várias peças de teatro, projeções de filmes, exposições ou publicações foram proibidas, com o objetivo de «preservar os valores cristãos», como afirma Bolsonaro. Embora em 2018 tenham sido registrados 6 casos de censura, este número atingiu a marca de 27 casos em 2019³⁷.

29. Dados de 2018 da Media Ownership Monitor Brasil.

30. Declaração realizada por Intervozes em 2018.

31. Estudo realizado pelo coletivo Vaidapé em 2017.

32. Atlas da Informação 2019.

33. Relativo ao Artigo 19, «Violação da liberdade de expressão-2018.

34. Relatório de 2018 da Federação Nacional dos Jornalistas «Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil».

35. Declaração de 2019 da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ).

36. Informação comunicada pela UOL em 2019, baseada na informação da Secretaria Especial da Comunicação.

37. Dados de 2019 do Observatório de censura na Arte.



OS JORNALISTAS, ARTISTAS E INTELLECTUAIS RESISTEM.
Lutar não é crime !

O QUE NOS DIZ ESTE BARÔMETRO?

NADA DE NOVO, MAS TUDO SE AGRAVA

Nenhum dos fenômenos descritos neste barômetro é novo. Para todos os temas escolhidos, as causas são muitas vezes estruturais: colonização, escravidão, concentração de riqueza e recursos nas mãos de uma minoria são fatores que explicam as desigualdades e a violência atuais. É, portanto, essencial ter em mente a história do Brasil para compreender a situação de perseguição dos direitos humanos vivida por muitas minorias. **Se a situação de violência não é nova, agravou-se depois**



da subida ao poder de Jair Bolsonaro. Este último é portador de um governo neoliberal e autoritário que acentua a pressão sobre as populações mais excluídas.

VIOLÊNCIA DIRECIONADA

Este barômetro **reflete uma focalização de violência contra um certo tipo de atores sociais.** Trata-se das populações que

começaram a acessar a novos direitos na última década. Pela primeira vez na sua história, **as mulheres, pessoas LGBTQi+, as populações negras, as populações indígenas e muitas outras tinham se beneficiado de políticas públicas que facilitavam a sua inclusão social.** Esta mudança não deixou de perturbar uma parte da população que tinha que dividir os seus privilégios. Não é, portanto, por acaso que as violências atuais, na esfera pública ou privada, visam particularmente aqueles e aquelas que eram considerados como intrusos.

INTERSECCIONALIDADE

O nível de violência aumenta quando se cruzam as causas de possíveis discriminações. É assim que as mulheres negras dos bairros periféricos do Brasil são tão mais vulneráveis quanto mais assumem o fato de serem mulheres, negras e habitantes de zonas periféricas. Daí a importância de uma leitura e de uma visão integral da situação das pessoas. **Este barômetro deve ser lido como um todo e não como uma abordagem segmentada** que isolaria casos estruturalmente distintos.

OS JOVENS, UM ASSUNTO TRANSVERSAL

As juventudes brasileiras constituem um segmento transversal, não um objeto de uma ficha específica. Em contrapartida, **é bom sublinhar que elas são, muitas vezes, as primeiras vítimas e as primeiras a se mobilizarem.** Muitas organizações da socie- >

dade civil optam por trabalhar mais especificamente com elas na ótica de gerar verdadeiros processos de transformação social a nível nacional.

UMA MODIFICAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E A SOCIEDADE CIVIL

Este barômetro nos fala da nova relação entre o Estado e a Sociedade Civil: através da criação de numerosos conselhos, instituições e programas, o Brasil distinguiu-se impulsionando um processo de coconstrução de políticas públicas entre o Estado e as organizações da sociedade civil. Esta coconstrução permitia ao país avançar no sentido de um maior aprofundamento

dos direitos políticos, econômicos e sociais. **No entanto, estes espaços de ação conjunta foram suprimidos, reduzindo a relação entre o Estado e os atores sociais a um lugar de confronto e de resistência.**

Como o Brasil é um estado federal, esta afirmação deve, no entanto, ser ponderada: enquanto em nível nacional, pouca coconstrução é possível, em nível estadual ou municipal, às vezes ainda é possível que as organizações e movimentos sociais façam ouvir suas vozes e tenham impacto nas políticas públicas.

RESISTÊNCIA E MOBILIZAÇÃO EM VEZ DE RESIGNAÇÃO

Ao produzir este barômetro e através do nosso

BARÔMETRO DE ALERTA

ALGUMAS PRECISÕES

→ Este barômetro é uma ferramenta construída em colaboração com o Observatório da democracia brasileira produzido por Autres Brésils, que reagrupa dados precisos para compreender e estudar as ameaças que pesam sobre os movimentos sociais brasileiros.

→ **Este barômetro está longe de ser exaustivo**, muitos outros setores da população poderiam ser objeto de uma investigação mais aprofundada. Esta é uma primeira edição para mostrar e sentir o que está acontecendo no Brasil atualmente. O campo das vítimas dos atentados à democracia é, infelizmente, muito mais vasto.

→ É igualmente necessário levar em conta que os números aqui apresentados são frequentemente subestimados. Por exemplo, na questão da violência contabilizamos apenas os casos que foram objetos de uma queixa. Aqui também, a pressão sobre a sociedade civil é muito maior.

→ **A maioria dos dados não é de 2019, uma vez que o seu tempo de coleta e publicação está sempre defasado em relação ao ano civil.** Apesar disto, incluímos alguns primeiros dados referentes a 2019, todos eles alarmantes. Assim, as medidas tomadas pelo atual governo só podem levar a um aumento da violência (liberalização do porte de armas, etc.).



COLETIVO DE 17 ASSOCIAÇÕES



trabalho cotidiano, **as nossas organizações testemunham a ausência de resignação por parte das organizações brasileiras.** Muitas delas se encontram numa situação **de grande fragilidade institucional e financeira, mas não estão dispostas a desistir.** Elas se mobilizam e resistem. A sua força consiste **em estar arraigadas nos territórios em que desenvolvem a sua capacidade de ação colectiva,** tanto para acompanhar as vítimas de violência, como para promover quadros e políticas que defendam os direitos das populações.

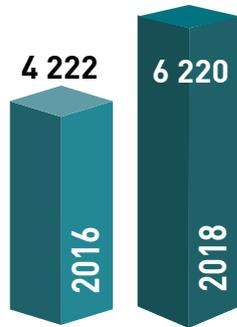
IMPUNIDADE E INVISIBILIDADE TOTAL

No Brasil, a justiça, tal como os meios de comunicação, parece servir os interesses dos grandes poderes, **de modo que muito poucos números e dados relatados neste barômetro são difundidos e conhecidos do grande público.** Em muitos casos de violência, não foi instaurado qualquer processo judicial. Daí a urgência de lhes dar uma certa ressonância na França e na Europa. Deve ser nossa contribuição divulgar esses crimes contra as populações mais vulneráveis.

- **Act Up Paris**
<https://www.actupparis.org/>
- **Acteurs dans le monde Agricole et Rural (AMAR)**
<https://www.amar-bresil.net/>
- **Attac France**
<https://france.attac.org/>
- **Autres Brésils**
<https://www.autresbresils.net/>
- **CCFD –Terre Solidaire**
<https://ccfd-terresolidaire.org/>
- **Centre d'études et d'initiatives de solidarité internationale (Cedetim)**
<https://www.reseau-ipam.org/>
- **Centre d'étude du développement en Amérique Latine (CEDAL)**
- **Centre de recherche et d'information pour le développement (CRID)**
<https://crid.asso.fr/>
- **Comité des Amis des Sans Terre du Brésil**
<https://amisdumst-paris.wixsite.com/amisdumst>
- **Comité de solidarité avec les Indiens des Amériques (CSIA-Nitassinan)**
<https://www.csia-nitassinan.org/>
- **Emmaüs International**
<https://www.emmaus-international.org/fr/>
- **France Amérique Latine (FAL)**
<https://www.franceameriquelatine.org/>
- **France Libertés**
<https://www.france-libertes.org/fr/>
- **Internet sans frontières**
<https://internetwithoutborders.org/>
- **Planète Amazone**
<https://planeteamazone.org/>
- **Red.br**
<https://red-br.com/>
- **Secours Catholique - Caritas France**
<https://www.secours-catholique.org/>

→ **JUSTIÇA SOCIAL**

→ O número de homicídios de jovens negros é 3 vezes superior ao de jovens brancos¹.



→ Vitimas de violência policial. **CRESCIMENTO** de 47,3%².

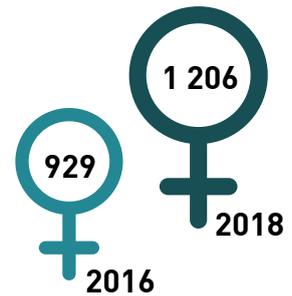


**RACISMO E
VIOLÊNCIA POLICIAL**

→ 2018: média de **11 ASSASSINATOS** de mulheres por dia.



MULHERES



↑ **Femicídios: CRESCIMENTO** de 29,8%³.



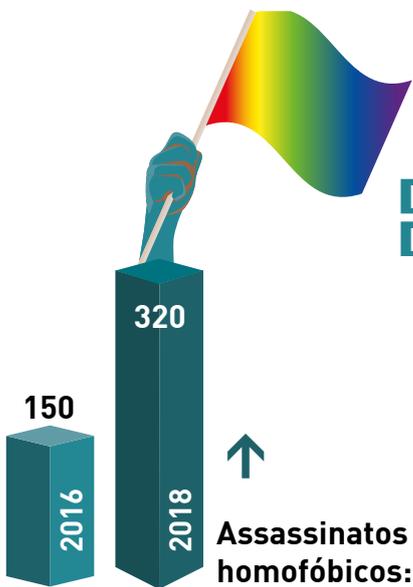
MORADIA



6,9 MILHÕES de famílias sem moradia⁴.

6 MILHÕES de imóveis vazios⁷.

→ 26 milhões de pessoas, ou 12,8% da população, não tinham condições dignas de moradia em 2018⁸.



↑ **Assassinatos homofóbicos: CRESCIMENTO** de 113%⁴.

**POPULAÇÃO
LGBTQI+**

Uma pessoa LGBTQI+ é assassinada a cada **23 HORAS**⁵.

1. Segundo O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), 2019. - 2. Edições 2017 e 2019 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. - 3. Edições 2017 e 2019 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. - 4. Segundo o Grupo Gay da Bahia (Relatórios de 2016 e 2018). - 5. Segundo um relatório do Grupo Gay da Bahia publicado em maio de 2019, entre janeiro a maio 141 assassinatos LGBT foram identificados, o que representa em média um assassinato a cada 23 horas. - 6. Segundo o censo de 2010. - 7. Idem. - 8. IBGE, relatório de 2019. - 9. Segundo a Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo Brasil, Brasil, 2018. - 10. Idem. - 11. Segundo a Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo Brasil, Brasil, 2018. - 12. Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), dados de janeiro 2020. - 13. Idem. - 14. Declaração do Ministro Abraham Weintraub. - 15. Idem. - 16. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). - 17. Declaração do Ministro Onyx Lorenzoni.

→ JUSTIÇA AMBIENTAL



ACESSO À TERRA

→ 1 489 conflitos identificados em 2018, em comparação à 1431 conflitos identificados em 2017, representando um aumento de 4%⁹.

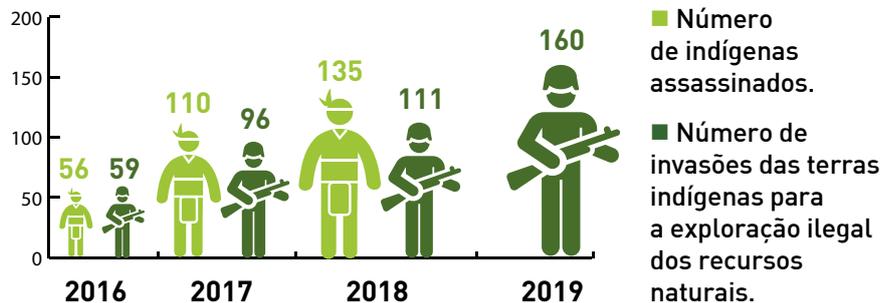
→ 39,4 milhões de hectares de terras se encontravam em conflito em 2018, em comparação a 23,6 milhões de hectares identificados em 2016, representando um AUMENTO de 67%¹⁰.



↑
Assassinatos no meio rural.

CRESCIMENTO de 7%.

POVOS INDÍGENAS



141 % DE AUMENTO do número de indígenas assassinados entre 2016 e 2018.



MEIO AMBIENTE



→ Em 2018, 276 conflitos pelo acesso à água em comparação a 172 em 2016¹¹.

→ 9 165 km² de floresta foram desmatados em 2019, em comparação a 4 946 km² em 2018: um AUMENTO DE 85%¹².

→ 68 345 focos de incêndio em 2018 89 178 focos de incêndio em 2019 = um aumento de 30 %¹³.

→ ESPAÇOS DEMOCRÁTICOS



EDUCAÇÃO

→ REDUÇÃO de 30 % do orçamento destinado às universidades federais¹⁴.

→ Construção de 216 escolas militares até 2023¹⁵.

→ 3 474 bolsas de estudos universitários SUPRIMIDAS em 2019¹⁶.



OPOSIÇÃO POLITICA

→ Em 2019, 320 funcionários as exercendo uma função de confiança foram DEMITIDOS.AS em razão de suas convicções políticas¹⁷.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO



6 → 350%

27

→ 27 casos de censura ao longo dos 11 primeiros meses de 2019 em comparação a 6 casos identificados em 2018, ou seja, um AUMENTO de 350%.

→ De um total de 180 países, o Brasil passou do 102o lugar em 2018 ao 105o lugar em 2019 no ranking mundial de liberdade de imprensa da ONG Reporters Sans Frontières (Repórteres Sem Fronteiras).



**O BRASIL RESISTE.
LUTAR NÃO É CRIME !**



<https://lebresilresiste.org>

Documento criado pela Coalizão Solidariedade Brasil - Janeiro de 2020

Fotos : Capa, p.12, 13, 14, 18 - Elodie Perriot / S.C.-C.F.

P.5 Alejandro Chaskielberg, p.7 Santiago Romero, p.9, 11,15, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 31 / Midianinja.org. Ilustrações : Vincent Devillard

Maquete : Direção Comunicação e Generosidade - S.C.-C.F. - K.N.





<https://lebrasilresiste.org>

